

A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de Pesquisa

Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis

Desde que a política internacional passou a ser objeto de uma investigação científica mais aprofundada, no período que se inicia com o fim da Primeira Guerra Mundial, o tema da segurança internacional assumiu uma posição de destaque nas teorias de relações internacionais. Dentro dessa disciplina, historicamente, a discussão sobre a melhor forma de se alcançar os objetivos de segurança opôs, de um lado, os realistas, calçados na analogia entre o sistema internacional e o Estado de natureza hobbesiano, que previa um comportamento egoísta e agressivo por parte dos Estados, e, de outro lado, os idealistas, ancorados em Kant, que acreditavam na possibilidade de cooperação entre os Estados no sistema internacional, e de construção de mecanismos coletivos de manutenção da segurança.

Se em um primeiro momento, mais precisamente no período entreguerras, os liberais parecem levar a melhor, como argumenta Edward Carr no célebre livro *Vinte anos de crise* (2000 [1981]); após a Segunda Guerra Mundial, e durante todo o período que durou a Guerra Fria, o paradigma realista torna-se hegemônico nos estudos sobre segurança, ainda que importantes instituições do pós-Segunda Guerra, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas, mantenham vivas algumas das propostas liberais, como o conceito de segurança coletiva.

Em meados dos anos de 1980, no entanto, os estudos sobre segurança vão se

tornar, no mínimo, mais diversificados. De um lado, a hegemonia do realismo como um todo sofrerá um considerável desgaste com o fortalecimento da corrente institucionalista liberal, impulsionada pelo sucesso da obra *Power and interdependence* na qual Robert Keohane e Joseph Nye (1989) retomam algumas das proposições características do pensamento liberal, embora se distanciando do liberalismo republicano do entreguerras ao incorporar com maior atenção a natureza conflitiva do sistema internacional e abandonando a noção de *harmonia de interesses*. De outro lado, não uma, mas várias novas correntes teóricas passam a questionar o que consideram o caráter racionalista e utilitarista tanto das teorias realistas, como do institucionalismo liberal. Essas novas correntes, como o pós-modernismo, o feminismo, o neomarxismo, o relativismo e o construtivismo, compartilham a crítica aos chamados paradigmas positivistas, mas formulam alternativas teóricas bastante variadas.¹

Com o fim da Guerra Fria, o debate interteorias tornar-se-á ainda mais acirrado. Primeiro porque houve uma certa decepção com a capacidade de as teorias realista e liberal oferecerem explicações e prognósticos, uma vez que nenhuma delas foi capaz de apontar para a possibilidade do fim da Guerra Fria. Segundo porque esse acontecimento levou ao ressurgimento de antigas questões, a formulação de novos problemas e a valorização de novos elementos.

Em 1991, como epitáfio do meio século de bipolaridade, a desintegração da União Soviética suprimiu o pólo oriental do sistema internacional vigente até então. O conjunto da geometria do espaço global da Guerra Fria foi radicalmente alterado, fazendo com que as fronteiras ideológicas e geopolíticas desenhadas em Yalta e Postdam perdessem significado. O fim da Guerra Fria acabou legando aos Estados Unidos a condição de única superpotência que reunia, simultaneamente, força militar e hegemonia estratégica global, o que provocou um debate sobre a configuração de poder que se sucederia à dissolução da União Soviética. Os principais analistas apresentavam opiniões divididas nesse sentido. As visões do sistema pós-Guerra Fria variavam da unipolaridade à multipolaridade e, até mesmo, ao hibridismo. O único consenso que parece existir é que a questão da segurança internacional dificilmente pode ser apresentada nos mesmos termos da Guerra Fria, e necessita incorporar novas dimensões. Essas dimensões enfatizam duas componentes: mudanças na natureza das relações de poder (incorporação de novos atores e processos capazes de desestabilizar o sistema internacional por meios outros que não os meios políticos-militares convencionais) e o impacto da distribuição de poder na configuração do sistema internacional, especialmente na relação entre balanço de poder e segurança internacional.

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama da discussão da bibliografia sobre segurança internacional no período pós-Guerra Fria, destacando, num primeiro momento, o tratamento dado pelas teorias positivistas e pós-positivistas das relações internacionais a esta temática. Posteriormente, discutiremos os dois principais eixos temáticos em torno dos quais a questão da segurança internacional veio se desenvolvendo: as mudanças na questão da distribuição de poder e da natureza de poder, mostrando

avanços e limitações das perspectivas analíticas positivistas e pós-positivistas no tratamento de ambas as questões.

Segurança

A segurança é um conceito associado ao Estado nacional moderno que surge entre os séculos XVI e XVII. Implícita nessa noção está o que Raymond Aron (1986) considera o objetivo principal de todas as unidades políticas: a sobrevivência. De um modo geral, pode-se dizer que o conceito de segurança tem uma referência defensiva, pois comporta um significado instrumental referido a todos os mecanismos e modalidades organizacionais e funcionais do Estado-nação destinados à defesa da integridade territorial e de sua autonomia externa, à conservação de suas estruturas jurídicas e políticas, assim como à defesa dos elementos originais do Estado – povo, território e poder organizado e soberano (Villa, 1999a, p. 129).

Para os pensadores liberais idealistas, a melhor forma de garantir a paz e a segurança internacional é a criação de mecanismos de segurança coletiva, por meio dos quais os Estados se comprometem a atuar conjuntamente contra possíveis ameaças e a abrir mão da sua capacidade de decidir sobre assuntos de segurança individualmente, em benefício de uma organização multilateral. O pensamento liberal idealista que se desenvolveu entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial influenciou significativamente a criação de mecanismos de segurança coletiva na Liga das Nações e, posteriormente, na Organização das Nações Unidas. No entanto, em termos acadêmicos, a visão realista tornou-se amplamente dominante, talvez porque seus pressupostos parecessem mais adequados a um mundo que assistia à consolidação da Guerra Fria.

Terry Terriff *et al.* (1999, pp. 174-185) têm observado que, atualmente, nos estudos de segurança convivem, num extremo, os tradicionalistas, ou positivistas – alcunha que cobre essencialmente perspectivas como o realismo clássico, o neorealismo e o neoinstitucionalismo –, que em comum possuem a característica de fazer do Estado o principal objeto da segurança, e, em outro extremo, o grupo pós-positivista, que inclui visões partindo da sociedade como objeto de segurança, passando por indivíduos, segurança econômica e ambiental.

Entre as décadas de 1980 e 1990, o debate entre positivistas e pós-positivistas, que mobilizou grande parte da atenção das ciências sociais em torno de questões epistemológicas, ontológicas e metodológicas, terá um forte impacto também na área de relações internacionais. Pensadores pós-modernistas, como Joseph Lapid (1989) e Aslhey e Walker (1990), passam a se denominar “dissidentes”, rejeitando o qualificativo de *reflexivistas* que Keohane (1988) havia cunhado para eles em trabalho de finais da década de 1980.

A proposição pós-modernista de Lapid, Walker e Aslhey afirma, entre outras coisas, a impossibilidade de gerar critérios de legitimidade para a ciência, o abandono do critério do consenso científico como base do conhecimento científico, a ser substituído pelo dissenso, e a contestação da racionalidade universalista do método de investigação. O método passa a ser considerado algo circunstancial, a ser objeto de construção, e não algo externo ao sujeito e ao objeto, cujas propostas generalizantes, como as do método cartesiano, podiam ser aplicadas a diferentes objetos. Além disso, esses autores apontam a premissa que se tornaria famosa entre os pós-positivistas, de que a realidade não era um dado exógeno aos atores, porém uma construção social das interações dos sujeitos; Portanto, as preferências dos atores

não podiam ser determinadas por vagas estruturas ou capacidades de poder, como assinalava o pensamento neorealista de Waltz (1979), nem as estratégias podiam ser determinadas *ex antes* pelas posições de poder no sistema internacional, nem, ainda as instituições podiam ter um processo de formação semelhante ao encontrado no pensamento neoinstitucionalista comandado por Keohane (1989). Preferências e estratégias seriam processos endógenos à interação dos próprios atores. Como consequência, houve uma rejeição pelos níveis de análise que ora focavam no agente (ou Estados-centrados, como realismo clássico e liberalismo kantiano), ora optavam pela estrutura (como o neorealismo de Waltz ou o neoliberalismo de Keohane). Para os “emergentes”, a relação agente-estrutura não era de determinação de uma sobre a outra, mas obedecia aos postulados da chamada dupla hermenêutica, isto é, a dupla determinação de ambas as esferas da vida social.

Talvez a principal contribuição de autores como Lapid, Walker e Aslhey, Ruggie (1986) e Cox (1986) tenha sido a de pensar as problemáticas teóricas do campo internacional não tanto na perspectiva dos enfoques teóricos, mas na perspectiva das tradições intelectuais, isto é, em termos de um debate de natureza positivista em face de outro, de natureza pós-positivista. Porém, mesmo que se queira assinalar o advento e a importância de uma nova corrente intelectual no campo das relações internacionais, sem dúvida as chamadas correntes positivistas continuam a ter uma ampla influência e aceitação entre pesquisadores das relações internacionais contemporâneas.² Dedicaremos, então, em primeiro lugar, a esse subcampo de conhecimento, focando, sobretudo, os desdobramentos teóricos mais recentes.

O debate positivista contemporâneo em segurança internacional

De acordo com a tipologia de Terry Terriff *et al.*, os estudos *mainstream* na área de segurança têm sido amplamente dominados pelos pensadores realistas, seja na versão tradicionalista de autores como Morgenthau (1993), Herz (1950) e Aron (1986), seja na versão estruturalista de Kenneth Waltz (1954; 1979). A solidez do pensamento realista em matéria de segurança internacional reside nos próprios conceitos fundadores, entre os quais destaca-se a idéia do *dilema de segurança* de John Herz como essencial para entender a lógica pessimista do pensamento realista.

Nas palavras de Herz, o drama dos Estados ao procurar garantir sua segurança, mesmo que de forma defensiva, é que qualquer movimento nesse sentido é percebido como ameaçador à segurança e à integridade física e territorial dos outros Estados. Alguns autores descrevem a lógica do dilema de segurança da seguinte maneira:

Um Estado A procura adquirir e garantir sua segurança e para isso adquire armas. Os demais Estados, receosos das verdadeiras intenções de A, se sentem ameaçados e da mesma forma procuraram armar-se. Essa reação convence o Estado A de que estava certo quanto a seu movimento inicial e a contra-reação consistiria em aumentar sua capacidade armada, o que seria seguido, logicamente, por um aumento da capacidade armamentista do resto dos Estados, originando-se um espiral armamentista ou corrida armamentista sem final e sem Estado vencedor em perspectiva (Nogueira e Messari, 2005, p. 36; ver também Glaser, 1997).

Alguns trabalhos de Jervis (1978; 1982) têm buscado relativizar a eficácia analítica do dilema de segurança. Para esse autor,

nem sempre é verdadeiro que ações individuais com tendência a incrementar a segurança de um Estado sejam sempre interpretadas pelos outros Estados como uma diminuição da sua própria segurança. “Depende se as medidas ofensivas diferem das defensivas e também da potência relativa das políticas ofensivas e defensivas” (1982, p. 178). A desconfiança em relação às intenções de um determinado Estado pode ser gerada “quando armas e políticas ofensivas e defensivas são indistinguíveis” (*Idem, ibidem*). Em outras palavras, Jervis sugere que se uma arma ou uma política é percebida como defensiva pelo outros Estados, possivelmente a espiral de conflito do dilema seja neutralizada.

Dentro do próprio *mainstream* realista, contudo, surgiram diferenças quanto ao tratamento adequado à temática da segurança. No realismo tradicional, a segurança é uma temática tanto mais relevante na medida em que a natureza dos Estados é compreendida como fundamentalmente belicosa (Morgenthau, 1993). Na versão estrutural do realismo, na qual se destaca o trabalho de Kenneth Waltz, *Theory of international politics* (1979), a chave para compreender as questões de segurança é a natureza anárquica do sistema internacional. Como bem observa John Mearsheimer, outro autor importante para os estudos de segurança dentro do realismo, “enquanto a natureza humana é a causa fundamental da competição na área de segurança na teoria de Morgenthau, a anarquia desempenha esse papel na teoria de Waltz” (2001, p. 19).

O argumento de Waltz é o de que, em um sistema internacional caracterizado pela *anarquia*, isto é, pela ausência de um poder que se posicione acima das unidades soberanas, o Estado só tem duas possibilidades de atingir seus objetivos na área de segurança: ou aumenta seu próprio poder, evidenciando o mecanismo de auto-ajuda, ou estabelece coalizões com outros Estados para compensar,

mediante o mecanismo de balança de poder, o excedente de poder de outros Estados, o que é percebido como uma ameaça à sua integridade. Waltz eleva a procura da balança de poder entre os Estados quase à condição de uma lei histórica, porque, de acordo com suas palavras, enquanto o sistema internacional for anárquico e os Estados buscarem a sobrevivência, o mais eficiente mecanismo para atingir uma relativa segurança se encontraria ainda no equilíbrio de poder.

A interpretação de Waltz para a questão da segurança ficou conhecida como realismo defensivo, ou *pró-status quo*. Ainda dentro do paradigma realista, a concepção de Waltz tem sido bastante criticada pelos proponentes do autodenominado realismo ofensivo. Para John Mearsheimer, a teoria de Waltz falha em não perceber que o sistema internacional anárquico fornece aos Estados boas razões para se comportar de maneira ofensiva. De fato, “ele parece advogar o contrário: que a anarquia encoraja os Estados a se comportar defensivamente e a manter, mais do que a subverter, a balança de poder” (2001, pp. 19-20). Assim, Waltz estaria introduzindo uma espécie de *status quo bias*, uma vez que enxerga os Estados como preocupados em manter sua posição dentro do sistema e poucos preocupados em revisar o *status quo*, até mesmo porque, como os Estados são atores racionais, sabem que um incremento da força ou uma atitude revisionista tem como consequência acionar o dilema de segurança.³

Ao contrário de Waltz, o realismo ofensivo de Mearsheimer avança na tese de que “grandes potências estão sempre buscando oportunidades para sobrepor o poder dos outros rivais, tendo a hegemonia como objetivo final” (*Idem*, p. 29). Nesta abordagem, não existem potências que visem à manutenção do *status quo*, exceto no raro caso em que uma delas atinge a hegemonia. O sistema é habitado por grandes potências que são essencial-

mente revisionistas. Assim, Mearsheimer propõe uma síntese entre o realismo clássico e o realismo estrutural: usa o raciocínio de Waltz para chegar a conclusões similares às de Morgenthau.

Ainda entre os realistas, outro crítico importante da teoria de Waltz é Robert Gilpin, que afirma em *War and change in world politics* (1981) que a decisão sobre manter uma balança de poder ofensiva ou defensiva depende muito dos cálculos de custo e benefício feitos pelos Estados; depende, em outras palavras, da forma como eles percebem as vantagens e as desvantagens em manter ou quebrar o *status quo*. Assim, se a quebra for considerada vantajosa, em termos de acréscimo de poder, riqueza ou glória, então uma atitude revisionista haverá de prevalecer. Do que se infere que na procura da segurança internacional os Estados agem mais orientados por uma lógica situacional do que posicional.

A mesma lógica pode-se aplicar ao debate que neorealistas e neoliberais mantêm sobre os ganhos relativos. Essa discussão, explicitada amplamente na coletânea organizada por Baldwin, *Neorealism and neoliberalism* (1993), contrapõe, de um lado, o argumento neorealista de Grieco (1993), segundo o qual os Estados se preocupam fundamentalmente com os ganhos relativos – e por isso a cooperação, na forma de arranjos institucionais ou de regimes internacionais, é uma meta difícil, uma vez que um Estado preocupado com sua sobrevivência desconfia que um ganho obtido por um outro Estado possa se converter em uma vantagem utilizada contra ele mesmo no longo prazo –, de outro lado, o argumento neoliberal de Keohane (1993), para quem a formação de instituições e de regimes é um poderoso antídoto contra as possibilidades de trapaça (*cheating*) nas relações entre os Estados, já que elas podem diminuir as incertezas do *véu da ignorância* que cobre o futuro.

Para autores como Powell (1993), as decisões dos Estados nem sempre se baseiam na preocupação com os ganhos relativos. De acordo com esse autor, por exemplo, os Estados calculam não apenas a possibilidade de serem atacados por outros, mas também a probabilidade de que isso realmente aconteça. Assim, a decisão de cooperar ou não vai depender muito da questão tratada no momento, ou dos atores envolvidos. Quando o uso da força tiver um custo baixo e for uma possibilidade real, a cooperação é mais difícil, e a preocupação com os ganhos absolutos perde a importância, de modo que os Estados vão se comportar mais de acordo com a descrição de Waltz. Quando o uso da força traz custos muito altos, e existe uma perspectiva pequena de agressão, a cooperação é mais provável. Para Powell, o modelo de Waltz é incapaz de explicar importantes situações de cooperação na política mundial. A estrutura permanece constante, mas a probabilidade da cooperação varia muito: “Assim variações no que Waltz toma pela estrutura do sistema político não podem explicar as variações na probabilidade da cooperação no modelo” (1993, p. 212).

Também para Duncan Snidal (1993), os Estados nem sempre estão preocupados com os ganhos relativos, os quais comumente são obtidos, dado a *lógica situacional*. Da mesma forma, Keohane afirma que o argumento dos ganhos relativos é inadequado quando aplicado a situações nas quais ganhos substanciais mútuos podem ser realizados por meio da cooperação, e nas quais os governos não esperam ser atacados com o uso da força por outros (1993). Assim, se é verdade que na relação entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria a preocupação com os ganhos relativos era fundamental, ela não descreve bem a relação entre Estados Unidos, Europa e Japão depois da Segunda Guerra Mundial.

Os realistas (Grieco, 1993, Mearsheimer, 1994), por sua vez, acreditam que as teses de cunho liberal, que enfatizam elementos como interdependência, transnacionalismo e a importância dos regimes internacionais, dão excessiva ênfase ao aspecto do papel das instituições num sistema internacional anárquico e aos processos econômicos, e pouca atenção aos aspectos da anarquia internacional, que são os mais relevantes para os estudos de segurança internacional. Mesmo o mais notório escritor de regimes internacionais de segurança, Robert Jervis, trabalha com uma versão que pouco acrescenta àquela definição original de Krasner (1983). Assim, Jervis define os regimes de segurança como “princípios, regras e normas que restringem o comportamento das nações, na crença de que outras nações envolvidas farão o mesmo” (1982, p. 173).

Tanto o modelo liberal idealista da segurança coletiva do entreguerras como a confiança institucionalista nos regimes, e também o modelo realista baseado na balança de poder ou na auto-ajuda, podem ser considerados normativos no sentido de prescreverem mecanismos para evitar a guerra, embora discordem bastante quanto ao meio mais eficaz para evitá-la. De um lado, a fórmula idealista recomendava a adoção de um sistema de segurança coletiva, baseado na redução do poder militar dos Estados, propondo uma estrutura militar alternativa conjunta, na qual estaria representada toda a comunidade internacional, que, por sua vez, teria como objetivo garantir a segurança contra a agressão a seus membros. De outro lado, para o realismo, o mecanismo normativo que propicia a segurança é dado pelo estabelecimento de uma balança de poder, ou seja, quando um Estado ou uma coalizão de Estados procura acumular forças superiores em relação a outros Estados ou forças coligadas.

Mas como perceber os problemas de segurança internacional numa versão mais

complexa que entenda interesses e percepções de uma forma que, para além de uma casuística estatal, incorpore elementos epistemológicos sociológicos? Essa é uma tarefa que a bibliografia pós-positivista se propõe para gerar uma agenda de pesquisa em estudos de segurança internacional, o que certamente representa um elemento inovador dessas temáticas.

Os estudos pós-positivistas em segurança internacional

Entre os pós-positivistas, os construtivistas procuraram reconfigurar a questão da segurança internacional incorporando a premissa de que as identidades e os interesses dos Estados são definidos dentro de uma relação dialética entre agente e estrutura. Assim, para Alexander Wendt, o caráter anárquico do sistema internacional não determina automaticamente um comportamento belicoso por parte dos Estados, ou o estabelecimento de políticas de balança de poder, como pretende Waltz. Não que a balança de poder não seja uma possibilidade, mas ela é apenas uma escolha possível que depende das imagens ou identidades intersubjetivas criadas num processo histórico de mútuo conhecimento. em suas palavras:

[...] as ameaças sociais são construídas, não são naturais [...]. Existe um processo de contato, reconhecimento, gestos, desconfiança de um ator sobre o outro. Repetindo-se com frequência, essas operações recíprocas criaram conceitos relativamente estáveis de ajuda e segurança [...]. É essa interação recíproca que cria os termos através dos quais se definem nossas identidades e interesses (Wendt, 1992, p. 405).

Assim, se atores estatais criam entre si identidades negativas (conflitivas) ao longo

de um estágio histórico, certamente a conduta para a procura da balança de poder tenderá a prevalecer, mas se eles constroem, ao longo desse mesmo processo histórico, identidades positivas (cooperativas), o resultado será um sistema de segurança internacional baseado no mecanismo da segurança coletiva (*Idem*, 1994, pp. 387-388). Dessa forma, o significado da anarquia no sistema internacional depende da maneira como ela é interpretada pelos Estados. Conseqüentemente, a auto-ajuda e o poder político não se seguem lógica ou causalmente da anarquia, e se hoje temos um mundo de auto-ajuda, isto é devido aos processos, não às estruturas (*Idem*, 1995).

Dentro da perspectiva construtivista, a estrutura também é composta por compreensões, expectativas e conhecimento que acabam delimitando preferências e estratégias dos atores. O “dilema de segurança” de Herz é assim reinterpretado e definido como

[...] uma estrutura composta de compreensões e percepções intersubjetivas, em que os Estados assumem o pior dos casos, e, como resultado, definem seus interesses em termos de auto-ajuda. Já o conceito de segurança coletiva também é composto de compreensões e conhecimento, um em relação ao outro, por meio do qual decidem resolver seus problemas fora da guerra, num ambiente cooperativo (*Idem*, p. 73).

Como resultado dessa crítica, as estruturas materiais acabam sendo esvaziadas de sua capacidade casuística (epistemológica) para explicar as percepções de ameaça à segurança de um Estado. Segundo Wendt (1995), os recursos materiais adquirem significado para a ação humana por meio das estruturas de conhecimento compartilhado; é por isso, por exemplo, que os Estados Unidos percebem como mais perigosas cinco ogivas nucleares

da Coreia do Norte do que cinquenta ogivas do Reino Unido.

Considerando-se a importância das construções sociais na formulação das ameaças à segurança, a agenda de pesquisa proposta pelo construtivismo nesta área tende a se concentrar nos fatores que levam os Estados a formarem sistemas de segurança coletiva, como no caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Dentro dessa perspectiva, as instituições têm um papel importante na formação de uma identidade coletiva positiva por permitir o contato entre os Estados mediante normas e procedimentos reconhecidos pelos atores envolvidos.

Outra linha de pesquisa favorecida pelo paradigma construtivista é aquela que busca compreender a questão da segurança internacional incorporando fatores culturais. Nessa perspectiva, Peter Katzenstein (1993), ao estudar os casos da Alemanha e do Japão no pós-Segunda Guerra Mundial, sugere que a política internacional está influenciada por um complexo de idéias enraizadas no passado e articuladas em normas que chegam a ser institucionalizadas domesticamente. Para testar sua hipótese, o autor analisa as respostas dos dois países ao terrorismo, enfatizando o papel que as normas institucionalizadas socialmente têm nas suas percepções sobre a segurança internacional.

Embora Alemanha e Japão ocupem posições semelhantes no sistema internacional, e sejam ambos *traders states* da maior importância, suas visões normativas e sistemas de segurança internos são bastante diferentes. Katzenstein argumenta que as diferenças podem ser explicadas pelo contexto normativo dentro do qual se efetuam as escolhas políticas. Assim, a resposta alemã estaria calcada no sucesso da Comunidade Econômica Europeia e, portanto, mais próxima da crença na existência de uma comunidade internacional de tipo grotiana. O Japão, ao contrário,

tem uma visão de segurança mais hobessiana, na qual os Estados são mais competitivos do que cooperativos e, portanto, sua conduta se orienta por esse princípio.

A visão de Katzenstein de que as normas institucionalizadas socialmente se refletem nas visões de segurança foi, alguns anos mais tarde, adensada na coletânea organizada pelo próprio autor, *The culture of national security: norms and identity in world politics* (1996). Nesta obra, tratava-se de averiguar “as formas nas quais normas, instituições e outras características culturais do ambiente cultural afetam políticas e interesses na segurança estatal” (p. 37). É importante salientar, contudo, que o foco desta coletânea não é tanto a segurança internacional, mas a nacional. Além disso, os ensaios enfatizam o fato de que a crítica ao *mainstream* não significa desconsiderar a importância do poder e da coerção na vida internacional, mas mostrar que não se pode considerar poder e cultura fenômenos totalmente distintos, e, mais do que isso, que a epistemologia da dinâmica do poder material e da coerção “com frequência deriva seu poder causal da cultura”.

Ainda dentro da perspectiva de incorporar a dimensão cultural aos estudos de segurança, desenvolveu-se, dentro do campo das correntes construtivistas, uma linha de pesquisa sobre as chamadas “comunidades pluralistas de segurança”, conceito inspirado no trabalho de Karl Deutsch *et al.* (1957). As comunidades de segurança são definidas por Adler e Barnett como “uma região transnacional composta de Estados soberanos, cujas sociedades mantêm expectativas confiáveis de mudança pacífica” (1998a, p. 30). Elas apresentam quatro características básicas, que também fazem parte do núcleo do conceito de “capital social”: 1) os atores compartilham valores, identidades e significados; 2) existe reciprocidade específica, uma característica que implica em algum grau de interesse de

longo prazo, assim como na geração de um senso de responsabilidade e obrigação em comum – em outras palavras, valores, identidades e significados chegam a ser uma “condição” de segurança nacional ou internacional (Cf. Adler e Barnett, 1998a); e 3) existe a construção de confiança mútua entre Estados de uma região, a qual alimenta expectativas de solução de conflitos que descartam os recursos de poder baseados na força (ou tipo *power-based*) – as fronteiras dessa região não coincidem necessariamente com as fronteiras geográficas, dado que a criação de valores, identidades e significados comuns leva à noção de regiões cognitivas, ou seja, “o reconhecimento de que comunidades se desenvolvem em torno de redes, interações e encontros face-a-face, que não dependem de habitar o mesmo espaço geográfico, re-conceitualiza a comum idéia de região” (*Idem*, 1998b); e, 4) as comunidades de segurança, mesmo que baseadas na confiança entre parceiros estatais numa determinada região geograficamente contígua ou cognitiva, não são incompatíveis com a realização do auto-interesse dos atores, dado que nas relações recíprocas entre atores emergem imagens positivas do poder.

Em outras palavras, o conceito de comunidade de segurança opera na mesma lógica descrita por Putnam (1993) para o capital social: a partir do envolvimento de ações individuais em ações coletivas que geram redes de confiança recíproca, tendo um impacto não só na comunidade do agente, mas também para além das fronteiras da comunidade, posto que essas redes permitem a construção de virtudes cívicas, ou de uma cultura cívica.

O quadro de conceitos desenvolvidos e sistematizados por Adler e Barnett tem gerado fecundas pesquisas que procuram demonstrar a emergência da formação de comunidades de segurança fracas (*loosely coupled security com-*

munity) e fortes (*tightly coupled security community*), em regiões contíguas territorialmente ou não. Nesse sentido, Andrew Hurrell (1998) realiza um interessante estudo de caso sobre a América do Sul, defendendo a hipótese da emergência de uma comunidade de segurança minimalista na região – leva em conta o nível de cooperação entre Brasil e Argentina em áreas de segurança e desarmamento e a cooperação entre instituições militares dos dois países, mesmo antes do fim dos governos militares. A rivalidade que marcava a relação desses países foi substituída pela cooperação, institucionalizada econômica e politicamente no Mercosul. Inúmeras medidas de *confidence building*, como a institucionalização dos canais de comunicação entre os presidentes e entre os altos funcionários (seguindo o mapa do caminho europeu do segundo pós-Guerra Fria), as consultas sobre a participação em *peacekeeping* e a institucionalização da cooperação na tríplice fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai) para tratar aspectos de narcotráfico, contrabando e terrorismo contribuíram para a consolidação da comunidade. No entanto, o acervo de imagens negativas de poder no histórico de relações entre ambos os países, que se manifestam em desacordos como a reforma do Conselho de Segurança da ONU, ainda limitam o estabelecimento de uma comunidade de segurança sul-americana no seu sentido mais forte.

Thomas Risse (2002, pp. 260-262) acredita que o conceito de comunidade de segurança, num sentido mais forte, pode ser útil para compreender a questão da segurança em uma dimensão mais global. Para ele existe uma comunidade de segurança ocidental liberal comandada pelos Estados Unidos, que inclui também a Europa, a Austrália e o Japão, e essa comunidade seria a base da ordem estável contemporânea e da unipolaridade norte-americana. Três ca-

racterísticas são definidoras dessa ordem: identidades e valores em comum; política e economia em bases transnacionais e interdependência cultural; e governança institucionalizada. De acordo com esse argumento, o que desestimula e torna inócua a procura da balança de poder por parte de outros grandes poderes nessa extensa região não contém é o fato de essa comunidade ser razoavelmente liberal na partilha de valores, de um mesmo regime político, de um sistema de economia de mercado e de um sistema multilateral de instituições que fazem o unipolarismo norte-americano aceitável. A hegemonia explicaria por que, apesar da diferença de poder entre os Estados Unidos e os demais países, a procura da balança de poder é uma meta tão pouco estimulante mesmo para países com capacidade de poder substancial, como a Alemanha e o Japão.

Na mesma linha de análise, autores como John Ruggie têm sustentado que a experiência do multilateralismo de segurança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) sugere a existência de uma “comunidade de segurança” no sentido mais forte do termo. “Poucos observadores questionam a afirmação de que uma comunidade de segurança firmemente ajustada exista entre as nações da América do Norte, da União Européia e a Otan. Nenhum país dentro dessa região transatlântica espera entrar em guerra com algum outro” (Ruggie, 1998, p. 285).

Seguindo a lógica do argumento de Ruggie, a estratégia de expansão da Otan em direção à Europa do Leste estaria equivocada, na medida em que poderia, eventualmente, enfraquecer a unidade da organização. Para ele, os círculos políticos norte-americanos têm insistido nessa linha de ação devido não apenas ao desejo de manter a centralidade dos Estados Unidos na Organização, mas também a um genuíno desejo de diminuir as tensões e

as ansiedades dos países europeus centrais do Leste sobre aspectos de segurança, incorporando-os à comunidade de segurança. Contudo, de seu ponto de vista, o aprofundamento das relações entre os Estados Unidos e a União Européia é muito mais crítico para a comunidade de segurança transatlântica a longo prazo do que as preocupações imediatistas envolvidas na discussão sobre o alargamento da Otan. Conclui Ruggie que a “essa progressão da expansão antes do que o seu aprofundamento, longe de sustentar a comunidade de segurança transatlântica, potencialmente a solapa” (*Idem*, p. 290). Em outras palavras, o autor sustenta que a discussão em torno da expansão da Otan deve incorporar os efeitos dessa expansão sobre questões de longo prazo, envolvendo a idéia de identidade.

Baseados no programa crítico proposto por Robert Cox (1986) na década de 1980, um outro enfoque pós-racionalista que tem ganhado espaço analítico é o dos estudos críticos sobre segurança. As premissas desse enfoque, com ampla influência da Escola de Frankfurt e da teoria gramsciana, compartilham os pressupostos de Cox: 1) que o pensamento sobre a segurança não reflete um objetivo científico neutro (ou de *solving problems*) como pretendem as análises realistas; 2) que as teorias refletem valores e interesses particulares; 3) que as teorias priorizam escolhas analíticas na base desses valores e interesses; e 4) que o papel da teoria crítica deve ser de engajamento, isto é, com vistas à emancipação da humanidade.

Com um sentido normativo mais amplo, a teoria crítica, por voz de destacados intelectuais como Keen Booth (2004) e Steve Smith (2004), também tem contribuído para alimentar o debate pós-positivista. Em 2004, Booth editou um importante volume, *Critical security studies and world politics*, em que busca contrapor o que chama de *trinitarian studies securities* do realis-

mo pós-1945, baseados em estatismo, estrategismo e estabilidade, a uma agenda de pesquisa crítica em torno do conceito de *critical studies security* (CSS). Booth entende que um CSS pode ser definido em termos genéricos como

[...] uma área temática, desenvolvida dentro da disciplina acadêmica de política internacional, preocupada com a busca de um conhecimento crítico sobre segurança na política mundial. A segurança é concebida compreensivamente, englobando teorias e práticas em múltiplos níveis da sociedade, desde o individual até toda a espécie humana (2004, p. 15).

Dois conceitos são propostos pelo autor para operacionalizar o conceito de CSS: aprofundamento (*deepening*) e abrangência (*broadening*). Com base no aprofundamento, propõe-se uma revisão das visões tradicionais da segurança que aponte em três direções: do ponto de vista ontológico, a crítica da soberania estatal como exclusivo referente da segurança; na perspectiva epistemológica, a resistência a aceitar a metodologia naturalista como critério de verdade. No entanto, diferentemente dos enfoques pós-estruturalistas, reafirma-se o compromisso em acessar a verdade científica por meio de uma metodologia crítica. E por último, a idéia de que os problemas de segurança podem ser tratados também como preocupações que derivam, e que tem por finalidade, a práxis emancipatória.

Já por *abrangência*, Booth entende, “expandir a agenda dos estudos de segurança para além da ortodoxia militar e estatista que predominou até agora” (*Idem*, p. 14). Tentando escapar da crítica que se tem feito aos autores da Escola de Copenhagem, o autor se apressa a esclarecer que “isso não quer dizer que a CSS busca transformar todo

problema político em uma questão de segurança (securitizando a política); pelo contrário, ela tenta transformar toda questão de segurança em um problema de teoria política (o que pode ser chamado de politizar a segurança)” (*Idem, ibidem*). Como bem observa Michael Sheehan,

[...] o *approach* crítico da segurança é mais do que simplesmente um criticismo do realismo; ele representa um desafio fundamental ao pensamento tradicional sobre segurança. Embora exista uma clara interseção entre a agenda ampliada de realistas liberais como Barry Buzan, o *approach* crítico da segurança vai mais fundo e está baseado em uma epistemologia e uma ontologia consideravelmente diferentes (2004, p. 159).

Sem dúvida que a ênfase na *politicizing security* torna a CSS muito atraente. No entanto, os estudos críticos de segurança compartilham com a teoria crítica em geral uma limitação que tem sido apontada tanto a partir de um enfoque tradicionalista, como a partir de enfoques mais radicais, como o pós-modernista, e que diz respeito à abrangência do conceito de emancipação, cuja relação com o conceito de segurança parece nebulosa. “Assim, tanto a visão tradicionalista como a radical sobre segurança consideram que, até o momento, não está exatamente claro o que emancipação quer dizer” (*Idem*, p. 158).

Ainda dentro desta perspectiva crítica, uma forma extremamente interessante e complexa de ver os problemas de segurança internacional advém das teorias de gênero, especialmente pelos enfoques feministas, por intermédio de autores como Tickner (1999), Sylvester (1996) e Light e Halliday (1994). Os pressupostos básicos que percorrem o pensamento desses autores é que as unidades de análise, como soberania, Estado

e sistema internacional, refletem um modelo patriarcal de divisão de público e privado. Portanto, a segurança e o poder internacional estariam muito atrelados a uma visão particular masculina do mundo. “A esfera privada é vista como o reino natural da desordem onde a mulher precisa ser controlada” (Tickner, 1999, p. 127). Adicionalmente a hegemonia da percepção masculina da segurança só tem produzido insegurança tanto para homens como para mulheres.

Nessa direção, qualquer concepção de segurança na perspectiva de gênero se sustenta na base de pressupostos normativos que estabeleçam compromissos com a justiça social, considerada o único caminho possível para estabelecer um compromisso duradouro com a paz internacional.

O enfoque de gênero é prolixo em mostrar que o incremento dos gastos militares e as guerras internacionais têm efeitos mais danosos sobre o bem-estar das mulheres do que sobre outros grupos sociais. Além disso, afirma que o militarismo e a guerra são resultado da visão patriarcal do mundo e da difusão de valores masculino-militares através da sociedade. Essa conclusão faz com que as produções teóricas feministas focalizem o desarmamento militar internacional como base de suas preocupações em pesquisas empíricas. Ann Tickner (1997) considera, a esse respeito, de maneira otimista, a contribuição que os movimentos sociais internacionais poderiam fazer se sustentassem uma visão de segurança humana nos domínios econômicos, políticos e ecológicos, uma vez que esses grupos estão mais próximos de uma visão de segurança como um processo que se inicia com os indivíduos, e não como uma finalidade.

Finalmente, os escritos de Ashley e Walker (1990) contribuem para que o pensamento pós-modernista seja contemplado nos estudos de segurança internacional.

Porém, a própria premissa desses autores, que negam qualquer base empírica para sustentar uma verdade científica, o que vai contra, portanto, a possibilidade de construção de pensamento científico verificável, limita a possibilidade de termos um enfoque crítico alternativo no campo pós-modernista: “A interpretação pós-modernista levada ao seu limite torna difícil a incorporação do pós-estruturalismo em uma concepção mais profunda de segurança [...] torna-se impossível separar fato e realidade de distorção com fins de propaganda ou inverdades” (Sheehan, 2004, p. 148).

Ademais, há que se destacar também tentativas “híbridas” de responder aos novos desafios na área de segurança, incorporando elementos da agenda construtivista ao enfoque sistêmico e estrutural-realista, como é o caso da teoria dos complexos de segurança baseados nos trabalhos do inglês Barry Buzan e seus colaboradores, embora neste artigo estejamos cientes de que os chamados autores Escola de Copenhagem, que tem Buzan como principal liderança, não sejam propriamente pós-positivistas. Em diversas obras, como *People, States & fear: an agenda for international security studies in the Post-Cold War Era* (Buzan, 1991), *Security: a new framework for analysis* (Buzan, Waever e Wilde, 1998) e *Regions and powers: the structure of international security* (2003), este grupo de intelectuais, a maior parte europeus, questiona o poder explicativo e preditivo do pensamento tradicional sobre segurança, de orientação estadocêntrica, diante da ampliação da agenda de segurança no pós-Guerra Fria.

A nova agenda, dentro dessa perspectiva, seria mais descentralizada e com forte ênfase em aspectos regionais. Além disso, ela incorporaria, ao lado dos tradicionais setores político e militar, outros três setores – econômico, ambiental e societário. Em outras

palavras, o argumento é que esses três setores enfrentam um processo de progressiva securitização (*securitization*). Dessa forma, a reflexão sobre segurança não pode se furtar a responder a seguinte pergunta: É possível continuar pensando a causalidade de natureza estatal com eficácia explicativa em face das tensões que geram ameaças não necessariamente estatais?

A proposta de complexos de segurança de Buzan e sua equipe inclui, além de uma agenda multisetorial de segurança internacional, uma reconceitualização dos níveis de análise, em que os estudos de área regionais ganhava um destaque significativo.⁴ Não se trata unicamente de voltar a uma antiga discussão que, com tanta competência, havia sido colocada na década de 1950 por autores como Singer (1961) e Waltz (1954) e até pelo próprio Putnam (1988); Buzan e seus colaboradores propuseram uma tipologia de múltiplos níveis de análise – primeiro nível, o sistema internacional; segundo nível, os subsistemas internacionais e, dentro deles, as organizações regionais de segurança; terceiro nível, uma composição de subgrupos, como as empresas transnacionais; quarto nível, uma composição de subunidades, que os autores definem como grupos de indivíduos capazes de afetar a conduta da unidade; e, finalmente, quinto nível, o indivíduo, ao qual reservaram uma definição amplamente sociológica: “o limite de referência da maior parte das análises das ciências sociais” (Buzan, Waever e Wilde, 1998, pp. 6-7).

A importância dessa tipologia não se centra tanto em si mesma, mas sim no desdobramento causal epistemológico, na medida em que se afasta do tratamento de variável independente, que, desde Kant, é atribuído a esse nível de análise, posto que se atribui ao indivíduo a propriedade de causalidade explicativa da guerra, ou de formação de preferências conflitivas ou cooperativas.

A teoria dos complexos de segurança rejeita essa autonomia explicativa do nível, pretendendo situá-lo em seu justo lugar na produção do conhecimento da política internacional: “Mas não há nada intrínseco aos próprios níveis que sugira algum padrão particular ou alguma prioridade entre eles. Níveis são simplesmente referentes ontológicos para onde as coisas acontecem, mais do que forças ou explicações em si mesmos” (*Idem*, p. 6).

Algumas ressalvas podem ser feitas à teoria de Buzan e sua equipe. Apesar de reconhecer os múltiplos níveis de análise, a ontologia continua sendo amplamente estatal. Conforme a crítica de Mônica Herz, “Barry Buzan e Olé Weaver incorporam fluxos de interação envolvendo outros atores sociais, mas apenas na medida em que são securitizados e o objeto de referência continua sendo o Estado” (2005, p. 10), de modo que as tentativas de incorporar a sociedade como referente continuam sendo, antes de tudo, um programa de pesquisa. Em contrapartida, a não-concretização desse programa de pesquisa não permite responder ainda a questões como qual seria o aspecto propriamente político dos processos sociais que foram securitizados e qual seria o significado de setores e de regiões para os atores tanto estatais como sociais?

Em suma, se é certo que no nível internacional a agenda positivista de segurança ainda mostra a força de suas análises teóricas, também é verdade que a linha pós-positivista,⁵ sobretudo a corrente construtivista, vem construindo uma sólida agenda de pesquisa que se tem mostrado bem-sucedida para os estudos de área.

A grande questão que se apresenta com o fim da Guerra Fria é em que medida essas duas propostas podem ser consideradas adequadas para lidar com a segurança em um ambiente internacional em transformação.

Isso nos leva a considerar como a pesquisa positivista tem tratado um dos grandes temas que afetam a segurança internacional – a distribuição do poder –, e a sugerir uma crítica quanto às limitações ainda vigentes tanto na bibliografia positivista como na pós-positivista, ao falharem ambas em incorporar com maior rigor as mudanças na natureza do poder e da segurança no pós-Guerra Fria.

A Distribuição do Poder

Um dos pontos centrais da teoria neorealista de inspiração em Kenneth Waltz é que a ordem do sistema internacional deve ser entendida pela maneira como se distribui o poder ou, como assinala Waltz, pela distribuição das capacidades de poder. Isso cimenta a configuração de poder do sistema internacional, que, em qualquer teoria realista, sempre aparece sob formas bipolares ou multipolares. O unipolarismo é considerado uma hipótese mais teórica do que prática, pois, sempre que um ator conseguir suficiente poder para sobrepujar todos os outros no sistema internacional, a tendência é que os outros se voltem contra ele, do contrário esse poder pode se transformar em um império, ameaçando a autonomia e a segurança de todos os outros atores, e levando ao fim do sistema internacional.

De acordo com Gelson Fonseca Jr. (1998), uma configuração de poder ao estilo bipolar da Guerra Fria foi bem-definida analiticamente em dois aspectos: quanto ao número dos jogadores (os pólos eram bastante conhecidos) e à existência de uma dialética de ameaças que se renovava constantemente cada vez que um dos pólos adquiria vantagens sobre o outro. A vantagem transformava-se em ameaça, gerando assim um constante dilema de segurança. No bipolarismo, as solidariedades ideológicas eram

deslocadas para as alianças militares, para os agrupamentos econômicos e para os sistemas políticos.

Com o fim da Guerra Fria, essa forma de funcionamento do sistema dá lugar ao que Celso Lafer e Gelson Fonseca (1994) chamam de sistema internacional de polaridades indefinidas. Não só fenecem as polaridades ideológicas, mas também aquelas construídas sobre a base do conceito de desenvolvimento, que caracterizavam o debate Norte-Sul. Nesse sistema de polaridades indefinidas, o processo da globalização libera forças centrípetas e centrífugas que antes eram pouco visualizadas, dado o intenso debate no interior das duas coordenadas, Leste-Oeste e Norte-Sul.

Dois tipos de problemas ajudaram a manter aceso o debate sobre a nova configuração do sistema internacional: uma discussão sobre o alcance do poder norte-americano e outra sobre a durabilidade desse poder. Alguns autores, como William Wolforth (1999), defendem que o *gap* entre a capacidade norte-americana e a dos outros países é bastante claro, e que o poder norte-americano é inigualável em curto prazo. Para eles, o unipolarismo é indiscutível, mesmo porque outros atores poderosos do sistema não têm incentivos para tentar atingir o patamar militar que alcançou os Estados Unidos, e numa lógica mais racionalista preferem alocar recursos em outros setores como, por exemplo, nos complexos industriais, e pegar carona no sistema de segurança global ofertado pelos Estados Unidos.

Outros estudiosos, como Joseph Nye (2002) ou Samuel Huntington (1999), consideram que, apesar dessa superioridade, não se pode afirmar que os Estados Unidos sejam capazes de prescindir de aliados, ou de impor a sua própria vontade em qualquer dos “tabuleiros de xadrez” das relações internacionais. Nessa linha, Huntington (1999) inova ao sugerir o termo “unimultipolaris-

mo”, como uma configuração na qual existe uma única superpotência, mas que precisa de potências médias para implementar suas políticas mundiais. Nye desenvolve a idéia de que os Estados Unidos são o país mais poderoso em todos os tabuleiros, mas que nem por isso podem adotar uma política externa unilateral, pois isso aumentaria demais os custos da sua preponderância e, além do mais, geraria desconfiança entre os outros atores do sistema, o que poderia servir de catalisador para a formação de alianças com o objetivo de restabelecer o equilíbrio de poder. Daí, nossa segunda questão a respeito da durabilidade do unipolarismo.

A idéia de inspiração neorealista de que o unipolarismo é uma configuração destinada a uma vida curta manteve sua influência – uma boa parte dos analistas esperava que surgisse um antagonista, ou um grupo de países antagonistas aos Estados Unidos em um curto espaço de tempo. Nesse sentido, alguns estudos referem-se a um “momento unipolar”, com seus dias contados em função da pressão dos outros atores pelo equilíbrio de forças. Kenneth Waltz, em um texto de 1997 – “Evaluating theories” –, reafirma sua tese de que o unipolarismo é insustentável. Contudo, ninguém parece muito certo a respeito da identidade das potências em ascensão.

No início do novo milênio, Waltz (2002) retorna ao seu argumento. Para ele, a unipolaridade norte-americana é necessariamente instável, não devido a suas características intrínsecas, mas pela insegurança inerente que um poder muito desigual transmite a outros Estados mais fracos. No seu conhecido argumento, em um mundo anárquico, quando Estados mais fracos são ameaçados por uma extrema concentração de poder, procuram a proteção numa agrupação contra-hegemônica; conseqüentemente, a balança de poder ressurgirá. Waltz reconhece que a dinâmica da balança de poder pode ser

suprimida pela ordem em determinados estágios históricos. Por exemplo, a Europa estaria atualmente aceitando a liderança hegemônica dos Estados Unidos, com o objetivo de prevenir uma volta da balança de poder na região.

A partir da perspectiva estrutural de Waltz, não é possível pensar a unipolaridade hegemônica como um fenômeno internacional durável. Cedo ou tarde um Estado ou uma aliança de Estados, sentindo-se ameaçados pela diferença de poder, reiniciará a dinâmica da balança de poder. Além disso, o Estado dominante tende a tomar para si cada vez mais responsabilidades devido a seu papel de guardião internacional que, a longo termo, acabarão por enfraquecer o seu próprio poder. Esta pode ser considerada uma leitura renovada e universal do fenômeno *overstretch*, previsto por Paul Kennedy (1989), que levaria à queda da superpotência norte-americana em função de seus excessivos gastos com segurança e defesa. Mas certamente um dos problemas não contemplado pelo argumento de Waltz, o que Stephen Walt (1991) já havia compreendido, é o fato de que grandes poderes não reagem somente a capacidades de poderes; eles podem reagir a percepções de ameaças e, assim, os mais fracos podem aderir ao mais forte (*bandwagon*). A lógica de Waltz, dos mais fracos se unindo entre si para equilibrar o sistema, já havia conhecido um revés importante nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, quando o Canadá e a Europa, em vez de se unirem à União Soviética, se aliaram aos Estados Unidos. Porque haveríamos de pensar que a Europa ou mesmo a China e a Rússia percebem os Estados Unidos necessariamente como uma ameaça?

Entre os neorealistas, no entanto, alguns autores, como William Wolforth (1999), consideram que a atual configuração unipolar do poder é estável e durável. Em clara dis-

cordância em relação a Waltz, Wohlforth acredita que o unipolarismo tende a durar não só por causa dos custos proibitivos que envolveriam qualquer tentativa de se equiparar aos Estados Unidos atualmente, mas também em função da posição geográfica privilegiada do país, que não conta com nenhum de seus possíveis concorrentes entre seus vizinhos. Para esse autor, o fato de lideranças políticas e intelectuais fora dos Estados Unidos se sentirem desconfortáveis com essa situação em nada altera a natureza unipolar do sistema internacional, uma vez que ela é construída por características estruturais.

Ademais, de acordo com essa visão, o unipolarismo é um sistema bastante satisfatório do ponto de vista da segurança, já que quanto maior e mais concentrado for o poder, mais pacífico e estável será o sistema internacional. Os principais elementos de instabilidade – política de balanço de poder e corrida armamentista –, nesse caso, estariam eliminados do jogo político. No mundo unipolar, as incertezas diminuiriam porque os governos, de uma maneira geral, seguiriam as diretrizes do poder hegemônico ou, no limite, não optariam por uma ação que pudesse gerar inimizade.

No entanto, Wohlforth não considera o problema da natureza da hegemonia norte-americana (benévola ou predatória) e como os outros Estados, sobretudo as potências médias, percebem tal hegemonia.

Para Joseph Nye (2002) e John Ikenberry (2002), a opinião de atores importa sim, na medida em que a unipolaridade também se assenta no fato de que os países que poderiam ameaçar os Estados Unidos não possuem interesses comuns suficientes, ou não se sentem suficientemente ameaçados pelos Estados Unidos para empreender alguma resistência ao poder norte-americano. Para esses autores, a irrelevância das clássicas ferramentas da balança de poder na atual

ordem mundial e o impacto desta na segurança internacional estão relacionados à existência de instituições internacionais fortes, além de que há um certo sentido de “sociedade internacional” ancorado num consenso crescente em torno de valores e objetivos comuns e a uma expectativa cada vez maior sobre o papel das organizações internacionais, tal como as Nações Unidas, na resolução de conflitos internacionais.

O atual sistema internacional de segurança, segundo eles, mesmo refletindo e fortalecendo o poder da superpotência norte-americana, pode ser durável, estável e pacífico se a liderança norte-americana for exercida por meio de políticas e instituições multilaterais. Os problemas dessa nova ordem tenderiam a surgir e ficariam confinados na periferia do sistema; a “sociedade internacional”, por sua vez, liderada pelos Estados Unidos, atuaria no sentido de manter a ordem nessas áreas periféricas, de maneira análoga ao que ocorreu quando uma coalizão de países decretou guerra contra o Iraque, que invadira o Kuwait em 1991.

Talvez seja ainda um pouco precipitado fazer afirmações categóricas sobre a nova ordem mundial, mas alguns dos desenvolvimentos recentes da política internacional, e a ênfase recente no unilateralismo da política externa norte-americana, apresentam problemas práticos para as posições mais liberais.

Como observa Rubens Ricúpero, está cada vez mais difícil engajar os Estados Unidos em acordos internacionais. Eles não aderiram aos tratados de direito marítimo, de direito ao desenvolvimento, de proteção aos direitos da criança, contra as minas terrestres, ao tratado que estabelece o Tribunal Penal Internacional, entre outros; não ratificaram as decisões da convenção sobre armas biológicas, nem o protocolo de Kyoto. Ainda de acordo com Ricúpero:

A essa atitude de negativismo em relação ao consenso internacional emergente, acrescenta-se o abandono ou a re-interpretação de uma parte do que já foi universalmente adquirido, principalmente em matéria de direitos humanos, do meio ambiente, das experiências com mísseis, dos compromissos assumidos no passado para com os países que renunciaram às armas nucleares e, de maneira geral, em oposição aos esforços multilaterais de desarmamento, mesmo no caso das armas de pequeno calibre (*small arms*). Quando se consideram, por outro lado, os esforços vigorosos que empenham contra a proliferação das armas de destruição em massa, sem se impor em contrapartida a si mesmos nenhuma obrigação, mesmo longínqua ou meramente retórica, de proibição total dessas mesmas armas – objetivo que, entretanto, sempre fizera parte de todos os esforços de não-proliferação – então só se pode colocar em dúvida a coerência e a eficácia persuasiva de sua política (2005).

Além disso, o país empreendeu uma guerra contra o Iraque mesmo sem o apoio claro da ONU e sob a desaprovação de alguns de seus aliados históricos, como a França e a Alemanha. Estabeleceu uma zona de não-direito na Ilha de Guantanamo, onde os prisioneiros – “combatentes inimigos” capturados nas guerras do Afeganistão e do Iraque – são mantidos à parte da legislação humanitária que define o tratamento adequado a ser dispensado aos prisioneiros de guerra.

Por fim, o governo norte-americano tem afirmado insistentemente sua capacidade e disposição para adotar qualquer tipo de medida que considere adequada para a defesa do seu território, incluindo aí a chamada “ação preventiva”, mesmo que essas medidas não encontrem respaldo ou sejam contrárias à legislação internacional. A nova doutrina de segurança norte-americana também afirma o

objetivo de manter o *gap* entre o poder militar norte-americano e o do restante do mundo, por meio de investimentos maciços nessa área.

Os riscos que esse tipo de política de segurança representa para as instituições multilaterais e para o direito internacional são evidentes. Contudo, mesmo considerando o unilateralismo exacerbado das políticas de segurança desse país, ainda permanecem as dúvidas sobre o alcance e a duração do poderio norte-americano. Quais serão os efeitos dessa política sobre a economia norte-americana? Os Estados Unidos têm condições de arcar sozinhos com os custos elevados de suas intervenções pelo mundo, ou precisam de aliados, como sugerem Huntington e Joseph Nye? É provável, ou possível, que outros países, que têm possibilidade de se tornarem futuras potências, se articulem contra a supremacia dos Estados Unidos como reação ao unilateralismo da política norte-americana, ou o unipolarismo se caracteriza justamente pela impossibilidade de isso ocorrer, como sugere Wohlforth?

Sem dúvida, no debate sobre a configuração do poder internacional, as teorias pós-positivistas pouco têm tido a dizer, se mantendo quase ausentes do embate teórico com os positivistas e sendo incapazes de fomentar uma discussão interna, ao contrário do que ocorre entre os positivistas neorealistas e neoliberais. Em contrapartida, essa corrente está bastante presente no debate sobre outra questão relevante do sistema internacional contemporâneo, a saber, as mudanças na natureza do poder e sua relação com a segurança internacional.

As Mudanças na Natureza do Poder e da Segurança Internacional

Ora, se é certo que os pós-positivistas, estão mais próximos de elaborar respostas

analíticas para a nova natureza das ameaças à segurança internacional, no conjunto, tanto eles como a produção positivista continuam pouco eficientes em incorporar temáticas que reflitam a natureza da segurança contemporânea em relação a novos setores e novos atores. A agenda empírica continua inexistente nas análises estruturais positivistas, ao passo que as preocupações com as questões militares se mantêm muito fortes como referências ontológicas. Ademais, ambas as correntes compartilham a pouca relevância com que são concebidos os atores não-estatais. Mesmo o corpo analítico mais avançado e denso do pós-positivismo, a exemplo do construtivismo social de Wendt, não esconde a ampla concordância com os positivistas quanto à preponderância ontológica do Estado como ator e como referência analítica (Wendt, 1995). Ou seja, as mais profícuas reflexões sobre a natureza contemporânea do poder e da segurança internacional não pertencem a autores do *mainstream* positivista ou pós-positivista.

De certa forma, o fim da Guerra Fria não se limitou apenas a modificar a distribuição de poder, mas alterou sua própria natureza. Durante décadas, armas nucleares e poder tornaram-se praticamente sinônimos. O novo cenário rompeu essa identidade, fazendo com que novas dimensões de poder e novos atores emergissem no cálculo de poder internacional. Joseph Nye (2002, pp. 80-82) equaciona essas mudanças de forma muito feliz por meio da metáfora do tabuleiro de xadrez tridimensional.⁶ No primeiro tabuleiro, os Estados Unidos jogariam sozinhos com seu poderio militar incontestável e inigualável. No tabuleiro do meio, o jogo seria de natureza econômica, em que os Estados Unidos dividiriam o poder com outros atores, como a Europa, a China e o Japão. No tabuleiro inferior, o poder seria difuso, abrangendo relações transnacionais,

múltiplas, não-estatais e organizadas em redes. Como consequência, Gelson Fonseca Jr. adverte:

O jogo de poder ocorre hoje em dia em um ambiente em que as influências recíprocas não são controladas politicamente. A “geoeconomia” concorre com a “geopolítica” e se torna impossível isolar a dimensão política como nas análises clássicas de equilíbrio de poder. O interesse definido em termos de poder se confunde com o “interesse definido em termos de prosperidade [...]”. As consequências para a dialética da segurança internacional são evidentes. Durante a Guerra Fria, a dialética das ameaças permitia alguma previsibilidade, sustentada na idéia de que menos poder do outro é igual a vantagem e, além disso, havia confiança em que a lógica da dissuasão seria capaz de assegurar a estabilidade do sistema. Hoje, a superposição de interesses políticos e econômicos, ou interdependência complexa como preferem Keohane e Nye, torna a análise muito mais complexa (1998, pp. 22-28).

A partir dessa constatação, desenvolveu-se, dentro do próprio paradigma realista, a perspectiva geoeconômica,⁷ segundo a qual, com o surgimento das armas atômicas e dos mais sofisticados desenvolvimentos em tecnologia militar e de defesa, paradoxalmente, a guerra perdeu interesse para os principais atores do sistema, porque tornou seus custos excessivamente elevados (Thurow, 1992; Tyson, 1992; Luttwak, 1993).

Além disso, no pós-Guerra Fria, a segurança e a sobrevivência dos principais poderes não estaria mais ameaçada como no passado. O elemento mais visível do poderio militar e o que mais preocupava em termos de segurança internacional – os armamentos nucleares – estão congelados, embora Paquistão e Índia tenham feito testes em 1998. Outra

importante transformação está no fato de que o direito das grandes potências de adquirir territórios não é mais reconhecido.

A corrente geoeconômica acredita, pois, que a diminuição da competição militar entre superpotências tem como consequência o deslocamento da competição para outras arenas, principalmente a economia. De acordo com esse ponto de vista, os Estados-nações permanecem sendo os atores principais, e a competição se dá sobretudo na disputa por mercados, matérias primas, mão-de-obra qualificada e tecnologia de ponta. O conceito de “realismo mercantil”, de Lester Thurow (1992), segue por essa trilha ao afirmar que os Estados enfrentam hoje uma ameaça tanto no campo econômico como no campo militar e que aqueles mais poderosos se engajaram numa luta pela “balança econômica”. Mais do que isso, para ele os interesses geoeconômicos podem ser perseguidos às expensas da política e da segurança tradicionais. Thurow prevê ainda o surgimento de três grandes blocos geoeconômicos: a Europa, dirigida pela Alemanha, com a inclusão do Leste Europeu; um bloco dirigido pelos Estados Unidos, centrado no Nafta; e um bloco asiático, guiado pelo Japão.

No entanto, essa primeira tentativa de compreender que, com a securitização da economia política internacional, há uma transformação da natureza do poder e das questões de segurança internacional apresentou desde logo algumas dificuldades práticas. Em primeiro lugar, ainda não existem parâmetros confiáveis para avaliar a solidez e a coerência do poder econômico, já que em sua composição se incorporam elementos de caráter nacional, regional e global, o que é especialmente verdadeiro no caso da União Européia. É difícil, por exemplo, explicar de que maneira uma empresa multinacional é fonte de poder nacional, ou, ainda, de que forma o euro servirá tanto para promover as

capacidades de poder e a segurança de países como a França e a Alemanha, como para criar um novo tipo de “bloco financeiro” que atuaria com uma lógica supranacional, enfraquecendo a visão de segurança internacional ou encorajando uma em comum ao bloco.

Em segundo lugar, a velocidade das mudanças nas áreas econômicas e tecnológicas atualmente torna muito difícil fazer previsões de longo prazo sobre a distribuição de poder. Por exemplo, o imponente crescimento da economia japonesa no final da década de 1980 não levou a um desenvolvimento do papel político do Japão no cenário internacional, nem levou ao declínio do poder dos Estados Unidos, como o próprio Thurow esperava. Um famoso artigo de Samuel Huntington de inícios da década de 1990 apontava inclusive uma mudança na percepção de ameaça para os Estados Unidos: a opinião pública norte-americana chegou a considerar, em certo momento, que a nova ameaça era representada pelo poder econômico do Japão e não mais pelo poderio militar soviético (Huntington, 1992, pp. 21-23).

Por fim, deve-se considerar também que a agenda de segurança no pós-Guerra Fria tornou-se significativamente fragmentada. Não apenas a economia global, mas também outros elementos, como as questões ambientais e o regionalismo, passaram a ser cada vez mais relevantes no quadro internacional. Assim, a China, por exemplo, desempenha um papel importante nos assuntos asiáticos de segurança regional, porém é irrelevante quando se trata do Oriente Médio ou da Europa Central. Além disso, com o fim da Guerra Fria, ao perder o fator ideológico global, as lealdades sobre a segurança tendem a se regionalizar, embora os Estados Unidos continuem a ser importantes nos dois teatros de operações mais estratégicos do mundo: Europa e Leste da Ásia.

Na Europa, segundo Charles Kupchan (2002), existem dúvidas sobre se os naciona-

lismos podem ser administrados com a mesma eficácia diante de uma retirada das tropas norte-americanas, ali estacionadas há meio século. No Leste da Ásia, as rivalidades entre os dois principais atores regionais (Japão e China), o contencioso das duas Coreias e as reivindicações chinesas sobre Taiwan levam ao paradoxo de que a retirada norte-americana não seja desejável nem para os próprios chineses. O caso do Leste asiático apresenta características mais dramáticas, pois, ao contrário da Europa, não houve nessa região uma aproximação e um processo de cooperação bem-sucedido entre China e Japão durante os anos da Guerra Fria, como ocorrera entre França e Alemanha.

Vale lembrar ainda que, em relação às mudanças da natureza do poder, os estudos positivistas e pós-positivistas de segurança internacional contemporânea também não consideram com ênfase suficiente um aspecto sistêmico igualmente relevante, a saber, a discussão em torno de como as chamadas “novas ameaças”, os novos atores e as novas guerras afetam a segurança internacional.

Novas Ameaças, Novos Atores, Novas Guerras

Em 1993 foi lançado o livro de Paul Kennedy *Preparando para o século XXI*. Nesse livro, a tese central é a de que: “a despeito de estar terminada a Guerra Fria, ou da possibilidade de ser posto um fim nas rivalidades do Oriente Médio, existem agora enormes *perigos não-militares* para a segurança e bem-estar dos povos deste planeta que merecem atenção” (1993, p. 12). Esses processos, certamente nada novos que surgiam com muita ênfase na discussão do pós-Guerra Fria referiam-se àqueles ligados com a explosão populacional, migrações internacionais, desequilíbrios ecológicos, impactos globais do

desenvolvimento tecnológico e outros como globalização do crime (tráfico de drogas, máfias etc.) e que se bem não colocam sérios riscos para a independência e integridade territorial de um país acabam sim afetando o bem-estar material, psicológico e a saúde dos cidadãos de um Estado nacional.

A principal característica desses riscos é sua natureza transnacional. Argumenta Kennedy que,

[...] embora muito diferentes em suas formas, essas várias tendências que vão do aquecimento global a um comércio de 24 horas por dia são, pela própria natureza, *transnacionais*, cruzando fronteiras em todo o mundo, afetando sociedades distantes e lembrando-nos que a terra apesar de todas suas divisões é uma só (*Idem*, p. 127).

Isso traz no mínimo duas conseqüências imediatas. A primeira é que tais tendências

[...] estão fora do controle da autoridade do Estado nacional tradicional tanto no sentido direto de países que não podem evitar a mudança eminente da atmosfera, como no caso indireto de que se impedirem atividades como agricultura, biotécnica, robótica, transações financeiras, isso não impediria que fossem feitas em outros lugares [...] (*Idem, ibidem*).

A segunda é que os meios militares perdem terreno como árbitro final das disputas:

Esses desafios não podem ser enfrentados pela força militar, que é a maneira normal pela qual os Estados têm enfrentado as ameaças a sua segurança. As forças-tarefas navais e as divisões blindadas têm seu uso, mas são incapazes de impedir a explosão demográfica mundial, conter o efeito estufa, sustar as transações cambiais, a agricultura biotécnica

e assim por diante. Esses acontecimentos, juntamente com desafios secundários como terrorismo internacional e as drogas, sugeriram a alguns autores que “novas ameaças” à segurança nacional e internacional estão tomando o lugar das “velhas” ameaças da guerra nuclear e da guerra convencional em grande escala e que os governos devem, portanto, abandonar sua obsessão com os perigos militares e se concentrar em medidas para enfrentar desafios diferentes ao bem-estar nacional (*Idem, ibidem*).

Por fim, associados a esses novos processos aparecem também novos atores não-estatais, entre os quais pode-se traçar ao menos uma distinção de dois grupos com objetivos e características opostos no quadro da política internacional contemporânea. De um lado, atores transnacionais não-públicos – organizações terroristas, narcotráfico, máfias internacionais, entre outros – e, de outro, atores transnacionais públicos – sobretudo ONGs que atuam na área de direitos humanos e de socorro humanitário (Villa e Urquidi, 2005, pp. 604-605).

O primeiro grupo é formado por atores que, embora não-territoriais, certamente atuam a partir de uma base territorial estatal, desenvolvendo sua ação coletiva fora das arenas públicas internacionais. Denominados “foras-da-lei”, uma vez que sua atuação não é regulada por normas de direito nacional ou internacional, são considerados uma força desintegradora ou centrífuga do sistema de segurança internacional, na medida em que sua natureza descentralizada acrescenta novos elementos de desordem ao sistema internacional. Considerando-se a natureza anárquica do sistema internacional, tal como descrito pelo pensamento realista, pode-se afirmar que a existência desse tipo de força desintegradora acaba aprofundando ainda mais o grau de descentralização do sis-

tema. Além disso, há o agravante de que não existem, para esse tipo de ator, elementos de regulação, como acontece no sistema interestatal. A falta de previsibilidade, ao contrário dos atores estatais, constitui a principal característica de suas ações.

O segundo grupo, em contrapartida, age como uma força centrípeta, na medida em que utiliza mecanismos de atuação política ou jurídica congruentes com os das esferas públicas nacionais. Sustenta Fonseca Jr.

[...] que no caso das ONGs universalistas de direitos humanos, isso leva a que se articulem novas noções de ameaça que correm à margem do jogo imediato das relações de poder. Assim, existe uma categoria de ameaça em que a referência é o plano da humanidade – quando, por exemplo, se violam direitos humanos, não importa em que cantos do planeta, o que leva a que se desenhe uma nova fonte de pressão para agir, em que os objetos são ainda Estados, ora como portadores de correção, ora como responsáveis por atos a corrigir (1998, p. 29).

A incorporação da idéia de humanidade como uma comunidade política relevante para pensarmos a questão da segurança fez com que o tema da intervenção humanitária fosse incorporado à agenda da segurança internacional, assim como fez renascer o interesse pela discussão entre moral e poder no sistema internacional, porém não mais centrada exclusivamente na relação entre Estados, mas incorporando novos atores e novos processos. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Richard Falk (1994, 2000), em que é explorada a tensa relação entre o princípio de soberania e a plena realização dos direitos humanos.

Falk explora o fato de que as elites políticas ainda se guiam fundamentalmente pelos preceitos realistas, de modo que “os ativistas

de direitos humanos são freqüentemente desapontados por sua recorrente inabilidade em ter acesso aos comandantes na arena política, especialmente quando fortes interesses estratégicos parecem apontar na direção oposta” (2000, p. 42). Além disso, existe ainda uma recusa, mesmo em sociedades liberais democráticas, em se submeter a instituições internacionais, cuja legitimidade é freqüentemente posta em dúvida. Dessa forma, Falk (1994) engrossa o coro daqueles que consideram necessárias reformas nas organizações internacionais no sentido de torná-las mais transparentes e acessíveis aos atores societários transnacionais, abrindo espaço para que se possa realizar uma política internacional de direitos humanos mais satisfatória.

A incorporação de processos de natureza global *softs* e de atores não-tradicionais à agenda de pesquisa na área de segurança afeta sobremaneira a forma como ameaças são geradas e objetivos são propostos nesse campo. O tema da globalização, especialmente, não apenas questiona a centralidade do Estado, mas também aumenta a sensação de vulnerabilidade, o que atinge diversas sociedades no mundo contemporâneo. O terrorismo internacional, por exemplo, constitui uma ameaça que, de acordo com Christopher Coker, Richard Falk e Paul Kennedy, só pode ser compreendida em termos de globalização. As redes terroristas, organizadas de forma descentralizada e não necessariamente vinculadas ao Estado, cruzam fronteiras e elegem alvos em diferentes lugares do mundo. Como parece lamentar-se Kennedy, um dos paradoxos que revelou os atentados terroristas do 11 de setembro é que a consolidação de uma sociedade aberta (aos capitais, aos imigrantes, às idéias) gerou, por sua vez, as condições para que sejam agredidos por inimigos assimétricos “inteligentes e determinados” (Kennedy, 2001, p. 81). As transformações nas áreas de

tecnologia da informação, transportes e tecnologia militar capacitam a atuação das redes terroristas em praticamente todos os lugares do mundo. Nas palavras de Coker: “Atualmente a idéia de que os riscos que corremos são mais catastróficos do que os do passado porque são de natureza global tornou-se um lugar comum. Vivemos em uma era de globalização” (2002, s.p.). Além disso, seguindo ainda Coker, o próprio sentido da globalização acaba levando a um paradoxo:

Ela produz o terrorismo: o desejo de proteger culturas tradicionais; isto cria uma sensação de falta de poder para aqueles deixados em um planeta onde não existe alternativa viável para as ortodoxias do Banco Mundial. Ela chama ainda mais a atenção para a América e a americanização que vazam dos satélites e das televisões a cabo como lixo tóxico. Ela cria, quando funciona, uma forte oposição à violência entre os Estados, e até mesmo entre comunidades, e contribui para diminuir a incidência de violência instrumental para fins políticos. Mas ela também cria a necessidade da violência expressiva (ritualística, simbólica e comunicativa). A violência expressiva do ataque ao World Trade Center tinha sentido para a vítima (ansiedade e humilhação) e para o perpetrador (*status*, prestígio e reputação no mundo islâmico). E a escolha do alvo, o World Trade Center, um ícone global, mostra como a globalização dá a violência expressiva uma força simbólica maior do que nunca (*Idem*, s.p.).

A ansiedade gerada pelo processo de globalização, que ameaças como o terrorismo ajudam a alimentar, somada a uma percepção ampliada da segurança, que inclui a questão da identidade entre suas dimensões de análise, é considerada por muitos autores contemporâneos, mesmo fora da área mais

restrita dos estudos de segurança, responsável pelo surgimento de sociedades onde o medo é cada vez mais um componente importante da dinâmica social e a segurança, o centro das preocupações cotidianas. Nas palavras de Jürgen Habermas:

O afeto protecionista volta-se do mesmo modo contra os traficantes de armas e drogas que põem em perigo a segurança interna, bem como contra o transbordamento de informação, o capital estrangeiro, os imigrantes em busca de trabalho e as ondas de fugitivos, que supostamente destroem a cultura local e o nível de vida (1998, p. 103).

A alteridade como ameaça de segurança passa a ser constitutiva também da polêmica tese do *choque das civilizações* de Samuel Huntington (1998), segundo a qual os principais conflitos do pós-Guerra Fria se darão entre “povos pertencentes a diferentes entidades culturais”, de modo que uma das mais importantes dimensões da política de segurança contemporânea será a preservação e o fortalecimento da integridade cultural dos Estados.

Essa tese recebeu inúmeras críticas. Para alguns estudiosos, a grande linha de tensão não se dá atualmente entre culturas, mas é fruto da desigualdade gerada pela linha que divide globalizados, de um lado, e não-globalizados, de outro, uma vez que a globalização não atinge com a mesma intensidade e da mesma maneira os diferentes países do mundo. De acordo com Coker, “nenhum dos lados entende o outro. Para o globalizado, o outro freqüentemente parece marginal; para o marginal, o globalizado parece se explorador e insensível” (2002, s. p.).

Outros acreditam que teorias desse tipo são apenas tentativas de preencher o vazio deixado pela perda de capacidade explicativa das teorias de segurança do período da

Guerra Fria. Com o fim desse conflito, começam a aparecer rivalidades que ficaram encobertas pelo jogo de poder entre Estados Unidos e União Soviética. Como afirma ironicamente o filósofo francês Jacques Julliard:

Para evitarem o conflito direto, Estados Unidos e União Soviética faziam o ajuste de suas contas por intermédio de israelenses e palestinos, entre etíopes e eritreus, da rivalidade entre angolanos, obstinados a se destruírem uns aos outros. Com o desmoronamento do comunismo, esfumava-se a segunda face de tais conflitos, considerada a mais nobre. Para os amantes obstinados da Gnose – a de Moscou assim como a de Princeton – que viriam a ser essas guerras regionais provadas de sua dignidade doutrinal? Nada mais do que obscuros combates entre negros, confusas disputas tribais sem incidência sobre a história. Assim, chegaram a ser promovidos colóquios sobre o retorno das tribos (1997, p. 13).

A existência desses conflitos, sobretudo no sul da Ásia, na ex-Iugoslávia, na antiga União Soviética e na África, a partir dos anos de 1980, dificilmente pode ser compreendida ou ter seu impacto medido com base na idéia do ressurgimento de rivalidades ancestrais, ou, ainda, no interior das teorias tradicionais sobre segurança. Diante do processo de globalização, compreendido como a intensificação das interconexões entre diferentes sociedades, esses conflitos não se restringem a um só país, ou mesmo a uma só região. Em certo sentido, pode-se mesmo afirmar que eles dificultam a distinção entre nacional e internacional, elemento central nos estudos de segurança internacional até então.

Se alguns autores ressaltam os efeitos da globalização e da centralização unipolar do poder na intensificação da desigualdade em âmbito mundial e nas mudanças ocorridas na agenda de estudos de segurança, outros,

como Francis Fukuyama (2004) e Michael Ignatieff (2002), apostam na periferia do sistema internacional como fonte dos principais conflitos da ordem mundial contemporânea. Esses estudos ajudaram a incluir na agenda o tema dos Estados fracos ou falidos, os quais não seriam capazes de exercer o que Max Weber chamou de “monopólio da legitimidade sobre o exercício do uso da violência” dentro de seu próprio território. Tal incapacidade geraria problemas de segurança que transbordariam para além de suas próprias fronteiras, como a migração internacional e o próprio terrorismo.

Nessa mesma linha, encaixa-se a definição de “novas guerras”, da autora inglesa Mary Kaldor – um novo tipo de conflito violento, em que as partes envolvidas geralmente não têm objetivos geopolíticos ou ideológicos, como no passado, mas a luta pelo poder se dá “em nome de uma identidade particular, seja ela nacional, de clã, de religião, seja lingüística” (1999, p. 6). Esses conflitos envolvem exércitos, forças policiais, gangues e paramilitares, organizados de forma descentralizada e utilizando métodos pouco ortodoxos. Se nas guerras tradicionais ocorrem batalhas onde os exércitos procuram ocupar militarmente os territórios, nas novas guerras, as forças em combate recorrem a expedientes que buscam incutir medo e terror na população, cujo “objetivo é controlar a população se livrando de todos que têm uma identidade diferente (e conseqüentemente uma opinião diferente)” (*Idem*, p. 8). Os métodos vão desde a expulsão de uma população inteira, mediante assassinatos em massa, até a utilização de técnicas de intimidação política, econômica e psicológica. Assim, esse tipo de guerra costuma gerar um número muito grande de refugiados e *displaced persons*, e a maior parte da violência é dirigida a civis. Como afirma Kaldor, de uma certa forma,

[...] embora as novas guerras possam parecer ser entre diferentes grupos religiosos, lingüísticos ou tribais, elas podem também ser apresentadas como guerras nas quais aqueles que representam identidades particulares cooperam para suprimir os valores de civilidade e de multiculturalismo. Em outras palavras, elas podem ser compreendidas como guerras entre o exclusivismo e o cosmopolitismo (1999, p. 9).

Em comum com as “novas guerras”, o terrorismo internacional também está relacionado a políticas de identidade, e os métodos mais usados buscam gerar o medo e o terror entre civis, como forma de pressionar os Estados. No entanto, se as novas guerras são conflitos que afetam muito mais à periferia do sistema (embora o controle da violência pelo Estado também seja questionado em países centrais), a ação do terrorismo é muito mais global, ainda que parte considerável dos analistas acredite que as principais redes terroristas têm a sua origem na periferia do sistema, e em Estados fracos ou falidos.

A preocupação com as novas guerras e com o terrorismo cresce entre os países mais poderosos do sistema no imediato pós-Guerra Fria, quando prevalecia a idéia de que a era dos grandes conflitos internacionais tinha chegado ao fim, e que a grande questão agora eram os conflitos localizados na periferia do sistema, no território de Estados que não podiam ou não se dispunham a oferecer à população condições de segurança interna. Nesse sentido, as palavras do filósofo Michael Walzer resumem bem o espírito da época:

Não é exagero dizer que o maior perigo enfrentado por uma boa parte das pessoas no mundo atual provém de seus próprios Estados, e que o principal dilema da política internacional é saber se as pessoas em

perigo deveriam ser resgatadas pelas forças militares de fora (2003, p. XIV).

A idéia de que a “sociedade internacional”, o quer que essa expressão signifique, tem responsabilidade pela vida e pela proteção dos indivíduos afetados por esse tipo de conflito, independentemente de seu próprio Estado, ganha força e fomenta estudos sobre a problemática das intervenções humanitárias e das guerras justas. Começam a surgir propostas para tornar os organismos multilaterais mais capacitados em lidar com situações de grave violação de direitos humanos que podem pôr em risco a segurança internacional, como as iniciativas dos ex-secretários-gerais da ONU, Boutros Ghali e Koffi Annan, para reformar a instituição e tornar as operações de *peacekeeping* e *peacemaking* promovidas pela entidade mais efetivas.

A discussão sobre a necessidade e a legitimidade das intervenções mobilizou bastante a atenção ao longo dos últimos anos, e foi alimentada não apenas pela intervenção em Kosovo, mas também pela tragédia da guerra de Ruanda em 1998, onde a comunidade internacional foi acusada de omissão por não intervir no massacre de 800.000 pessoas, pelas malsucedidas tentativas de intervenção do exército norte-americano, autorizado pela ONU, na Somália, e pela proliferação dos conflitos que podem ser encaixados na definição de “novas guerras”.

Do ponto de vista dos críticos, a estrutura fortemente hierárquica do sistema internacional, assim como as estruturas decisórias oligárquicas das principais organizações internacionais colocam em cheque a legitimidade das intervenções humanitárias e, de um modo geral, a incorporação da temática dos direitos humanos em uma agenda de segurança. Nesse sentido, o historiador Perry Anderson considera que os direitos humanos, ao lado

da idéia de livre-mercado e de democracia, formam o corpo da nova doutrina hegemônica que caracteriza o sistema internacional do pós-Guerra Fria. Eles constituiriam a grande inovação do período, porque “representam a possibilidade de arrombar as portas da soberania nacional” (2002, p. 9).

Em síntese, o fato de haver atualmente uma densa bibliografia sobre segurança internacional não surpreende, já que se trata de uma temática-chave dentro da disciplina das relações internacionais. O que parece ser novidade é a emergência de uma bibliografia consideravelmente diferente da tradicional, em que as querelas da área não mais ocorrem nas diferenças de enfoques – entre neorealistas e neoinstitucionalistas, por exemplo –, mas, de maneira mais ampla, entre tradições intelectuais.

Este balanço bibliográfico reflete a polarização epistemológica em termos de tradições intelectuais, de um lado, e, de outro, revela que as duas escolas ainda permanecem consideravelmente fechadas a novos problemas da segurança internacional (securitização de novas temáticas), a novos atores e a novas modalidades de guerra. Isso sugere uma agenda de pesquisa em que as novas correntes, que têm refletido o impacto pós-modernizante das ciências humanas em geral, têm uma janela de oportunidades analíticas muito promissora.

Notas

1. De um modo geral, podemos afirmar que esse debate se insere num movimento mais amplo de crítica ao racionalismo e ao utilitarismo em outras áreas das ciências humanas, que envolve aspectos epistemológicos, ontológicos e metodológicos, e que diz respeito não apenas às relações internacionais, mas também às ciências sociais como um todo.
2. No Brasil, pode-se dizer que a perspectiva positivista predomina na produção de trabalhos sobre segurança internacional. Ver as coletâneas organizadas por Brigagão e Proença (2004a; 2004b), em que se sistematiza a reflexão de alguns dos mais importantes pensadores brasileiros no campo da segurança internacional. Ver também Cruz (2003), Diniz (1993), Cepik e Ramirez (2004), Vaz (2004), Valladão (2005) e Flores (2005).
3. Um notável seguidor das idéias de Waltz é John Grieco (1993).
4. Para um interessante balanço de perspectivas teóricas sobre o regionalismo, ver Mônica Herz (2005, pp. 4-16).
5. A influência da agenda de pesquisa pós-positivista no país é ainda um pouco incipiente. Um dos pesquisadores que pode ser mencionado como o expoente dessa linha teórica no Brasil é Nizar Messari (2003), que estuda a *performance* de instituições internacionais, especialmente da ONU, em missões ou tragédias humanitárias numa perspectiva construtivista. O argumento central do autor é que a resposta às tragédias humanitárias dos anos de 1990, como a dos Bálcãs ou a da Libéria, só se viabilizaram em função da mediação de instituições internacionais, em torno das quais se construíram identidades coletivas que permitiram compreender o sofrimento de milhares de pessoas naqueles lugares. Na linha dos trabalhos de Buzan, os trabalhos de Rafael Villa (1999a; 1999b) pretendem reconhecer, no final da década passada, a incorporação de novos setores securitizados, exemplarmente três (meio ambiente, crescimento populacional e migrações internacionais), e a partir daí o autor se propõe a formulação de um conceito genérico de segurança internacional ampliado, denominado segurança global multidimensional, por meio do qual se explora a coexistência de uma agenda de segurança no sentido mais tradicional possível (estratégica-militar), com outra de natureza societária global dada pela incorporação dos setores securitizados.
6. Essa metáfora, de fato, aparece pela primeira vez no livro de Hedley Bull, *A sociedade anárquica* (2002). O autor mostra como o jogo da política internacional se desenvolve em “muitos tabuleiros de xadrez” inter-relacionados e analisa as dificuldades de mensurar o poder, uma vez que a relação entre elementos estratégicos, econômicos, ideológicos é incerta e mutável.
7. Para uma interessante revisão dessa perspectiva, ver Michael Mastanduno (1999, pp. 23-29).

Bibliografia

ADLER, Emanuel & BARNET, Michael. (1998a), “Security communities in theoretical perspective”, in Emanuel Adler e Michael Barnett (eds.), *Security communities*, Cambridge, Cambridge University Press.

- _____. (1998b), "A framework for the study of security communities", in Emanuel Adler e Michael Barnett (eds.), *Security communities*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ANDERSON, Perry. (2002), "Force and consent". *New Left Review*, pp. 5-30, set.-out.
- ARON, Raymond. (1986), *Paz e guerra entre as nações*. Brasília, Universidade de Brasília.
- ASHLEY, R. K. & WALKER, R. B. (1990), "Speaking the language of Exile: dissidence in international studies". *Special Issue of International Studies Quarterly*, 34 (3): 259-268.
- BALDWIN, D. A. (ed.). (1993), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*. Nova York, Columbia University Press.
- BOOTH, Ken (ed.). (2004), *Critical security studies and world politics*. Londresm Lynner Rienner.
- BRIGAGÃO, Clovis & PROENÇA, Domicio Jr. (orgs.). (2004a), *Panorama brasileiro de paz e segurança*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2004b), *Paz e terrorismo*. São Paulo, Hucitec.
- BULL, Hedley. (2002), *A sociedade anárquica*. Brasília/São Paulo, Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- BUZAN, B. (1991), *People, States & fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War era*. Chapel Hill, The University of North Carolina.
- BUZAN, B., Jones, C. & LITTLE, R. (1993), *The logic of anarchy: neorealism to structural realism*. Nova York, Columbia University Press.
- BUZAN, B. & WAEVER, O. (2003), *Regions and power: the structure of international security*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BUZAN, B., WAEVER, O. & WILDE, J. (1998), *Security: a new framework for analysis*. United Kingdom, Lynne Rienner Publishers.
- CARR, Edward. (2000 [1981]), *Vinte anos de crise 1919-1939*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília/Ipri/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- CEPIK, Marco Aurélio Chaves & RAMIREZ, Socorro (orgs.). (2004), *Agenda de seguridad andino-brasilena: primeras aproximaciones*. Bogota, Fescol/Iepri.
- COKER, Christopher. (2002), "Security, independence and liberty after september 11, balancing competing claims". Klingenthal Castle, Strasbourg, France. 21st Century Trust. Consultado no site <http://www.21stcenturytrust.org/post911.htm>.
- COX, Robert. (1986), "Social forces, States and world orders: beyond international relations theory", in Robert Keohane, *The neorealism and its critics*, Nova York, Columbia University Press.
- CRUZ, Sebastiao V. (2003), "Entre normas e fatos: desafios à segurança e dilemas da ordem internacional". Trabalho apresentado no Ciclo de Conferencias sobre a Guerra no Iraque e o Expansionismo dos Estados Unidos, organizado pelo GPPI/Iuperj, Rio de Janeiro, 5 de maio.

- DEUTSCHE, Karl W. *et al.* (1957), *Political community in North Atlantic area*. Princeton, Princeton University Press.
- DINIZ, Eugenio. (1993), "Realismo, institucionalismo liberal e inserção internacional do Brasil: uma agenda de pesquisa", in Paulo Luiz Estevez (org), *Instituições internacionais: segurança, comércio e integração*, Belo Horizonte, Editora da PUC-Minas.
- FALK, Richard. (1994), "Conference on security council reform". Princeton, Princeton University.
- _____. (2000), *Human rights horizons: the pursuit of justice in a globalizing world*. Londres/Nova York, Routledge.
- FLORES, Mario César. (2005), "Panorama de (in)segurança internacional". *Política Externa*, 13 (3): 55-65.
- FONSECA, Gelson Jr. (1998), "Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos pólos de poder e a inserção internacional do Brasil", in Gilberto Dupas e Tullo Vigevani (orgs.), *O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional*, São Paulo, Alfa/Omega/Fapesp.
- FUKUYAMA, Francis. (2004), *Construção de Estados. governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro, Rocco.
- GILPIN, Robert. (1981), *War and change in world politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GLASER, Charles. (1997), "The security dilemma revisited". *World Politics*, 50 (1): 171-201.
- GRIECO, Joseph. (1993), "Understanding the problem of international cooperation: the limits of neoliberal institutionalism and the future of realist theory", in David Baldwin (ed.), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*, Nova York, Columbia University Press.
- HABERMAS, Jürgen. (1998), "Inclusão: integrar ou incorporar?". *Novos Estudos Cebrap*, 52: 99-120, São Paulo.
- HERZ, J. H. (1950), "Idealist internationalism and the security dilemma". *World Politics*, 2: 157-180.
- HERZ, Monica. (2005), *Regionalismo e segurança regional*. Brasília, Universidade de Brasília.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1992), "A mudança nos interesses estratégicos americanos". *Política Externa*, 1 (1): 16-30.
- _____. (1998), *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- _____. (1999), "A superpotência solitária". *Foreign Affairs*, 30: 23-28 (edição brasileira).
- HURRELL, Andrew. (1998), "An emerging security community in South America?", in Emanuel Adler e Michael Barnett (eds.), *Security communities*, Cambridge, Cambridge University Press.

- IGNATIEFF, Michael. (2002). "State failure and nation building", in J. L. Holzgrefe e Robert O. Keohane (eds.), *Humanitarian intervention: ethical, legal and political dilemmas*, Cambridge, Cambridge University Press.
- IKENBERRY, G. John. (2002), "American unipolarity: the sources of persistence and decline", in G. John Ikenberry (ed), *America unrivaled: the future of the balance power*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.
- JERVIS, Robert. (1978), "Cooperation under Security Dilemma". *World Politics*, 30 (2): 167-314.
- _____. (1982), "Security regimes". *International Organization*, 36 (2): 173-194.
- JULLIARD, Jacques. (1997), *O fascismo está voltando? A queda do comunismo e a crise do capitalismo*. Petrópolis, Vozes.
- KALDOR, Mary. (1999), *New and old wars, organized violence in a global era*. Stanford, Stanford University Press.
- KENNEDY, Paul. (1989), *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro, Campus.
- _____. (1993), *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro, Campus.
- _____. (2001), "A recomposição do poder americano: da ferida à recuperação", in Strobe Talbot e Nayan Chanda (eds.), *A era do terror*, Rio de Janeiro, Campus.
- KATZENSTEIN, Peter. (1993), "Coping with terrorism: norms and internal security in Germany and Japan", in Judith Goldstein e Robert Keohane (eds.), *Foreign policy: beliefs, institutions and political change*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.
- _____. (ed.). (1996), *The culture of national security: norms and identity in world politics*. Nova York, Columbia University Press.
- KEOHANE, Robert. (1988), "International institutions". *International Institutions: Two Approaches*, 32 (4): 379-396.
- _____. (1989), *International institutions and State power*. Boulder, Westview Press.
- _____. (1993), "Institutional theory and the realist change after the Cold War", in David Baldwin (ed.), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*, Nova York, Columbia University Press.
- KEOHANE, R.& NYE, J. J. (1989), *Power and interdependence*. Nova York, Harper Collins.
- KRASNER, Stephen D. (1983), "Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variables", in Stephen Krasner (ed.), *International regimes*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.
- KUPCHAN, Charles. (2002), "Hollow hegemony or stable multipolarity?", in G. John Ikenberry (ed.), *America unrivaled: the future of the balance power*, Itaca/Londres, Cornell University Press.

- LAFER, Celso & FONSECA, Gelson Jr. (1994), "Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas", in Gelson Fonseca Jr. e Sérgio Henrique Nabuco Castro (orgs.), *Temas de política externa brasileira II*, São Paulo, Ipri/Paz e Terra, vol. 1.
- LAPID, Y. (1989), "The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era". *International Studies Quarterly*, 33: 235-254.
- LIGHT, Margot & HALLIDAY, Fred. (1994), "Gender and international relations", in A. J. R. Groom e Margot Ligth, *Contemporary international relations: a guide to theory*. Londres/Nova York, Pinter Publishers.
- LUTTWAK, Edward. (1993), *The endangered American*. Nova York, Simon and Schuster.
- MASTANDUNO, Michael. (1999), "A realistic view: three images of the coming international order", in John Hall e T. V. Paul (eds.), *International order and the future of world politics*. Cambridge, University Cambridge Press.
- MEARSHEIMER, John G. (1994), "The false promise of international institutions". *International Security*, 19 (3): 5-49.
- _____. (2001), *Tragedy of great power politics*. Nova York/Londres, W.W Norton and Company.
- MESSARI, Nizar. (2003), "Segurança no pós-Guerra Fria: o papel das instituições", in Paulo Luiz Estevez (org.), *Instituições internacionais: segurança, comércio e integração*, Belo Horizonte, Editora da PUC-Minas.
- MORGENTHAU, H. (1993), *Politics among nations*. USA, McGraw-Hill.
- NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. (2005), *Teoria das relações internacionais*. Rio de Janeiro, Campus.
- NYE, Joseph Jr. (2002), *O paradoxo do poder americano*. São Paulo, Editora da Unesp.
- POWELL, Robert. (1993), "Absolute and relative gains in international relations theory", in David Balwin (ed.), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*, Nova York, Columbia University Press.
- PUTNAM, Robert D. (1988), "Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games", *International Organization*, 42: 427-460.
- _____. (1993), *Making democracy work civic traditions in modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.
- RICÚPERO, Rubens. (2005), "A crise do sistema internacional: um futuro pior do que o passado?". *Estudos Avançados*, 19 (53): 333-345.
- RISSE, Thomas. (2002), "U.S power in a liberal security community", in G. John Ikenberry (ed.), *America unrivaled: the future of the balance power*. Itaca/Londres, Cornell University Press.

- RUGGIE, John Gerard. (1986), "Continuity and transformation in the world polity: toward a neorealist synthesis", in Robert Keohane, *The neorealism and its critics*, Nova York, Columbia University Press.
- _____. (1998), *Constructing the world polity*. Londres/Nova York, Routledge.
- SARFATI, Gilberto. (2004), "Estudos de segurança internacional: de Tucídides aos novos conceitos", in Clovis Brigagão e Domicio Proença Jr. (orgs.), *Panorama brasileiro de paz e segurança*. São Paulo, Hucitec.
- SHEEHAN, Michael. (2004), *International security: an analytical survey*. Londres, Lynner Rienner.
- SMITH, Steve. (2004), "The contested concept of security", in Ken Booth (ed.), *Critical security studies and world politics*, Londres, Lynner Rienner.
- SINGER, David. (1961), "The level of analysis problem in international relations". *World Politics*, 14 (1): 77-92.
- SNIDAL, Duncan. (1993), "Relatives gains and the patterns of international cooperation", in David Balwin (ed.), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*, Nova York, Columbia University Press.
- SYLVESTER, Christine. (1996), "The contributions of feminist theory to international relations", in Steve Smith, Ken Booth e Marysia Zalesky (eds.), *International theory: positivism and beyond*, Cambridge, Cambridge University Press.
- TERRIFF, T. *et al.* (1999), *Security studies today*. United Kingdom, Polity Press.
- TICKNER, J. Ann. (1997), *The liberal moment: modernity, security, and the making of postwar international order*. R. Latham, Columbia University Press.
- _____. (1999), "Revisioning security", in John Hall and T. V. Paul (eds.), *International order and the future of world politics*, Cambridge, University Cambridge Press.
- TYSON, Laura. (1992), *Who's blushing whom? Trade conflict and high-technology industries*, Washington, D.C, Institute for International Economics.
- THUROW, Lester. (1992), *Head to head: the coming economic battle among Japan, Europe and America*. Nova York, Morrow.
- VALLADÃO, Alfredo. (2005), "Uma política de segurança e defesa sul-americana". *Política Externa*, 13 (3): 47-54.
- VAZ, Alcides C. (2004), "A cooperação multilateral frente ao terrorismo internacional: dimensões e desafios da participação brasileira", in Marcio Paulo Buzzanelli (org.), *II Encontro de estudos de terrorismo*, Brasília, Universidade de Brasília, pp. 79-102.
- VILLA, Rafael Duarte. (1999a), *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*. São Paulo, Annablume/Fapesp.
- _____. (1999b), "A segurança global multidimensional". *Lua Nova*, 46: 99-118.

- VILLA, Rafael Duarte & URQUIDI, Vivian. (2005), "Humanismo, democracia e legitimidade dos atores públicos não-estatais no sistema internacional contemporâneo", in Odete Maria de Oliveira (org.), *Configuração dos humanismos e relações internacionais*. Santa Rosa, Editora da Unijuí.
- WALT, S. (1991), "The renaissance of security studies". *Mershon International Studies Review*, 41: 211-239.
- WALTZ, Kenneth. (1954), *The man, the State, the war: theoretical analysis*. Nova York, Columbia University Press.
- _____. (1979), *Theory of international politics*. Reading, MA, Addison-Wesley Publishing.
- _____. (1997), "Evaluating theories". *The American Political Science Review*, pp. 913-917, The American Political Science Association.
- _____. (2002), "Structural realism after the Cold War", in G. John Ikenbery (ed.), *America unrivaled: the future of the balance power*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.
- WALZER. (2003), *Guerra justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos*. São Paulo, Martins Fontes.
- WEAVER, Olef; BUZAN, Barry; KELSTRUP, Morten & LEMAITRE, Pierre. (1993), *Identity, migration and the new security order in Europe*. Londres, Pinter.
- WENDT, Alex. (1992), "Anarchy is what States make of it". *International Security*, 46: 391-425.
- _____. (1994), "Collective identity formation and the international State". *American Political Science Review*, 88 (2): 384-394.
- _____. (1995), "Construing international politics", *International Security*, 20: 71-81.
- WOLFORTH, William C. (1999), "The stability of a unipolar world". *International Security*, 24 (1): 5-41.

Resumo

A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de Pesquisa

O objetivo desta resenha é apresentar um panorama da discussão sobre segurança internacional no período pós-Guerra Fria, destacando, num primeiro momento, o tratamento dado pelas teorias positivistas e pós-positivista das relações internacionais à esta temática. Posteriormente, discutiremos os dois principais eixos temáticos em torno do qual a questão

da segurança internacional veio se desenvolvendo: as mudanças na questão na distribuição de poder e na natureza de poder, mostrando avanços e limitações das diferentes perspectivas analíticas no tratamento de ambas questões.

Palavras-chaves: segurança Internacional ; positivismo; pós-positivismo; distribuição de poder; natureza do poder

Abstract

Post-Cold War International Security: A Balance of the Traditional Theory and of the New Research Agendas

This review aims at presenting the development of the debate on international security after the end of the Cold War. In the first place, the emphasis will be placed on the perspectives of both positivists and post-positivists on the subject. Then, we present two of the most important issues on the security field nowadays: the changing nature of power and the changing distribution of power, showing the strengths and limitations of the different analytical perspectives on both subjects.

Keywords: International Security; Positivism; Post-positivism; power; power distribution

Résumé

La sûreté internationale dans l'après Guerre Froide : un bilan de la théorie traditionnelle et des nouveaux agendas de recherche

L'objectif de ce résumé est de présenter un panorama de la discussion sur la sûreté internationale dans la période de l'après Guerre Froide en analysant, dans un premier temps, l'abordage de ce thème par les théories positivistes et post-positivistes des relations internationales. Nous discuterons ensuite les deux principaux axes thématiques autour desquels la question de la sûreté internationale se développe : les changements en ce qui concerne la distribution et la nature du pouvoir, en montrant les avancées et les limitations des différentes perspectives analytiques dans l'abordage de ces deux questions.

Mots-clés: sûreté internationale ; positivisme ; post-positivisme ; distribution du pouvoir ; nature du pouvoir